

Município de V. N. Gaia
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATA N.º 10

REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA REALIZADA NOS PAÇOS DO
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA EM 24 DE ABRIL DE 2013

PRESENTES:

- A Senhora Vereadora Maria Amélia Traça Machado;
- O Senhor Vice-Presidente Firmino Jorge Anjos Pereira
- O Senhor Vereador Dr. Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues;
- O Senhor Vereador Francisco Mário Dorminsky de Carvalho;
- A Senhora Vereadora Dr^a Maria Elisa Vieira da Silva Cidade Oliveira;
- A Senhora Vereadora Eng^a Maria Mercês Duarte Ramos Ferreira
- O Senhor Vereador Eng^o Patrocínio Miguel Vieira Azevedo
- O Senhor Vereador Eng^o Rui Jorge Almeida Cardoso;

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 64 DA LEI N.º 169/99:

- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Filipe Menezes Lopes
- A Senhora Vereadora Dr^a Veneranda de Lurdes Barbosa Carneiro;
- O Senhor Vereador Dr. Mário Rui Figueira de Campos Fontemanha;

PRESIDIU À REUNIÃO:

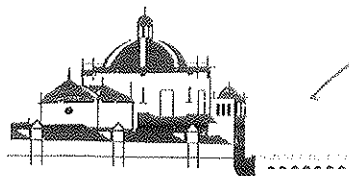
- O Senhor Vice-Presidente Firmino Jorge Anjos Pereira

SECRETARIOU A REUNIÃO:

- O Senhor Diretor Municipal de Administração e Finanças, Dr. António Carlos Sousa Pinto

HORA DA ABERTURA: 17 horas e 10 minutos.

HORA DE ENCERRAMENTO: 18 horas e 15 minutos



Município de V. N. Gaia

Ata nº 10 - Reunião Pública
de 24 de Abril de 2013

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO PRÉVIO Nº 1

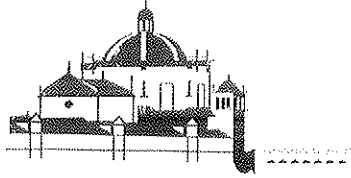
O Sr. Vereador Dr. Eduardo Vitor Rodrigues referiu-se às recentes notícias sobre as obras do hospital de Gaia, que de acordo com as notícias, o governo prepara-se para fazer uma obra de requalificação das atuais instalações dos atuais edifícios do hospital de Gaia, num verdadeiro "remendo" que orçará no máximo em 40 milhões de euros, por falta de capacidade financeira para avançar com um projecto definitivo de construção do novo hospital de Vila Nova de Gaia/Espinho. Disse que os Vereadores do PS têm dois receios muito fundados, o primeiro receio é que este "remendo" não passe de um "remendo" num hospital, cujos edifícios foram construídos sem a lógica de integração e que acreditam que se vai manter na mesma, depois desta eventual requalificação. Que há um segundo receio que depois de gastos os 40 milhões de euros num arranjo no actual edifício, fique hipotecada a hipótese de construção do novo hospital, que é verdadeiramente o equipamento que interessa enquanto município e enquanto região. Que o argumento utilizado para o adiamento da construção do hospital de Gaia e a falta de verbas, não impede o Governo de avançar com o Hospital de Todos os Santos, em Lisboa, num investimento que é o dobro daquilo que seria o investimento no hospital de Gaia. Que os Vereadores do PS pretendem deixar claro a sua solidariedade com o hospital de Gaia, para com o Dr. Menezes, que em devido tempo deixou ciente que achava intolerável que em algum momento o hospital de Gaia fosse preterido e para com a maioria municipal, caso entenda fazer pressão que julgue necessária junto do Governo, para pela positiva, fazer valer os argumentos dos gaienses e fazer valer mais uma vez a ideia, segundo a qual, em momentos de crise, se não houver cuidado, o centralismo aumenta, porque os critérios de decisão atiram para Lisboa os investimentos prioritários e o caso do hospital é um desses casos. Que a única diligência autónoma que os Vereadores do PS entenderam fazer, foi solicitar à ARS uma reunião, de forma a fazerem a sua parte de trabalho de busca de informação e ao mesmo tempo disponibilizarem-se para o trabalho pela positiva, que a maioria entenda fazer na defesa da construção do novo hospital no Monte da Virgem.

PONTO PRÉVIO Nº 2

O Sr. Vereador Dr. Eduardo Victor Rodrigues referiu-se à eventualidade de encerramento do centro de saúde localizado na Afurada, dizendo que foi critério da reorganização administrativa, não despir as pequenas freguesias que eventualmente viessem a ser agregadas dos seus equipamentos de proximidade, nomeadamente, aqueles que sendo da responsabilidade do município, versassem a educação e aqueles que não sendo responsabilidade directa do município, versassem a saúde. Que era o princípio dos Vereadores do PS que o processo de reorganização administrativa nunca poderia gerar encerramento de serviços nucleares às freguesias e aos cidadãos. Que o Centro de Saúde de Afurada faz todo o sentido que se mantenha aberto, pelo que, reconhecem a especificidade do referido centro e disponibilizam-se para lutar pela manutenção daquele posto.

PONTO PRÉVIO Nº 3

O Sr. Vereador Dr. Eduardo Victor Rodrigues referiu-se à Feira do Livro do Porto dizendo ser um dos mais marcantes momentos de actividade cultural que existe na Área Metropolitana do Porto e não acha que o município de Gaia ou qualquer município à volta do Porto, deva estar à espera tipo "abutre" que as coisas corram mal no Porto para depois vir reivindicar fazê-las em Gaia, na Maia, em Gondomar ou Matosinhos. Disse que a Feira do Livro a não realizar-se na Área Metropolitana e no concelho do Porto, significa uma perda que não se sabe quando será recuperada. Que os valores envolvidos na organização da Feira do Livro são valores relativamente residuais, comparando-se com os valores de eventos múltiplos que são realizados na Área Metropolitana. Disse que os Vereadores do PS pretendem deixar claro que, do seu ponto de vista, é uma perda irreparável que este ano não se realize a Feira do Livro, pelo que, se a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia entender que não se deve passar



Município de V. N. Gaia

Ata nº 10 - Reunião Pública
de 24 de Abril de 2013

um ano em branco, terá da parte dos Vereadores do PS disponibilidade para acomodar os 75 mil euros que são necessários para a realização do evento e estão convencidos que o retorno deste investimento é um retorno muito elevado e que justificaria esse esforço.

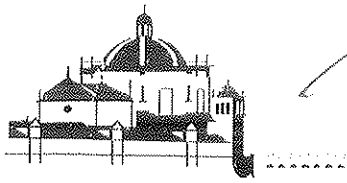
PONTO PRÉVIO Nº 4

O Sr. Vereador Dr. Eduardo Victor Rodrigues disse que foi tornado público pelo Tribunal Central Administrativo do Norte a condenação da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia no processo contra a empresa do Construtor José Miguel. Segundo aquilo que consta no site do Tribunal, a Câmara de Gaia será condenada em 9 milhões de euros mais juros, o que significará aproximadamente um pouco menos de 1/3 do valor, por exemplo, da candidatura do PAEL. Que gostariam de saber qual é a informação que a Câmara pode fornecer, porque neste processo muito concreto, os Vereadores do PS sempre manifestaram um enorme silêncio e uma enorme solidariedade institucional na defesa dos interesses da Câmara Municipal, que é a defesa do erário público. Disse que na presunção de que este é o último momento de recurso, a preocupação dos Vereadores do PS aumentou quando tiveram conhecimento da projecção pública deste processo, no site do Tribunal, situação que pelos vistos já lá consta há um mês, sem que os Vereadores do PS tivessem tido alguma noção da evolução deste processo.

O Sr. Vice-Presidente Firmino Pereira relativamente ao ponto prévio nº 4, disse que a Câmara neste momento não possui informação que lhe permita responder no que diz respeito ao recurso que foi interposto, pelo que, numa próxima reunião de Câmara o tema será abordado, sendo certo que se defendeu, aquando da construção da VL9, os interesses do município. Disse que a Câmara não está em incumprimento, tomou posse administrativa de um terreno que foi previamente negociado e que os autores da acção têm todo o direito de recorrer a Tribunal, pelo que a Câmara acatará a decisão que vier a ser tomada pelo mesmo.

Quanto à questão da Feira do Livro, disse que a mesma sempre se realizou na cidade do Porto e que a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia não tem qualquer relação directa à realização da mesma. Disse tratar-se de um ex-libris da região, pelo simbolismo que acarreta e pela cultura que também divulga e a Câmara está receptiva em demonstrar à Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, a sua disponibilidade para a realização do evento desde que tenha condições logísticas e financeiras para apoiar a edição. Que não se trata de substituir o Porto, mas trata-se em não perder a mais-valia que é a realização anual da Feira do Livro, que é de facto uma perda irreparável para a cultura, a sua não realização.

Em relação à questão dos centros de saúde, disse que a Câmara não tem qualquer conhecimento de nenhuma proposta quanto ao encerramento da unidade de saúde ou do pólo de saúde da Afurada. Disse que a Câmara aguarda há já alguns anos o lançamento do concurso para a construção dos centros de saúde de Vilar de Andorinho, Madalena e do Centro Histórico de Gaia, a quem a Câmara já atribuiu e cedeu terrenos à ARS no valor de centenas de milhares de euros e que estão neste momento desocupados á espera de que a ARS cumpra as suas obrigações para a construção destas unidades de saúde. Que a ARS está em incumprimento há vários anos e que o município fez aquilo que lhe competia, até ultrapassando as suas competências, que foi ultrapassar o Estado na cedência dos terrenos. Disse que relativamente a este assunto, critica de forma frontal e directa o actual Presidente da ARS pelo facto de não dialogar com os Municípios. Que pessoalmente há três meses, de forma insistente tentou falar com o Presidente da ARS para colocar o problema do Hospital de Gaia, do Centro de Reabilitação do Norte e dos Centros de Saúde e até ao momento não obteve qualquer resposta. Solicitou à Srª Vereadora Amélia Traça que questionasse a ARS se há alguma intenção relativamente ao encerramento do Centro de Saúde de Afurada. Relativamente ao Hospital de Gaia, disse ser uma proposta e um projecto que há muitos anos tem sido esquecido por sucessivos governos, quer pelo PS quer pelo PSD. Que há relatórios do tempo do governo do Engº Sócrates referindo que este hospital era considerado a 5ª prioridade em termos de construção no País. Que é evidente que a Câmara discorda desta postura e discorda desta situação de avançar com o hospital central de Lisboa quando recentemente foram inaugurados dois novos hospitais na Área Metropolitana de Lisboa, em detrimento de Gaia. Que face às contingências que o País atravessa, face às



Município de V. N. Gaia

Ata nº 10 - Reunião Pública
de 24 de Abril de 2013

dificuldades económico-financeiras, elogia o Sr. Presidente da Administração Hospitalar de Gaia que de uma forma ousada e responsável, tem uma solução que resolve grande parte dos problemas estruturais do Hospital de Gaia, apresentando uma solução cujo investimento é de 40 milhões de euros contra os 400 milhões de euros que custaria fazer um hospital novo e esta solução sensata e responsável por parte da administração do Hospital de Gaia, parece-lhe que resolve grande parte da funcionalidade do Hospital e seguramente aquilo que espera é que apesar de se estar a falar em 10% do investimento que estava previsto, mesmo assim este investimento seja realizado. Disse haver uma censura que tem de ser feita, que é o facto dos responsáveis do Ministério da Saúde tratarem muito mal o concelho de Gaia nos últimos tempos, porque a não definição destas obras minimalistas no Hospital de Gaia, a não abertura do Centro de Reabilitação do Norte, a não construção dos Centros de Saúde que estão previstos há vários anos, demonstram uma falta de respeito pelo concelho de Gaia, que tem de ser censurada publicamente, porque há áreas fundamentais e a saúde é uma delas e o Estado não pode declinar as suas responsabilidades nesta área.

A Sr^a Vereadora Amélia Traça disse que na semana passada esteve em reunião de conselho executivo das ACER's de Gaia e não foi levantado esse problema.

O Sr. Vereador Dr. Eduardo Vitor Rodrigues relativamente ao Centro de Saúde de Afurada, disse que a informação é recente e espera que não se concretize, porque a informação que possui é de que a segunda médica que está no centro de saúde, está na perspectiva de substituir aquela que vai sair e numa lógica de transição e não de reforço do actual quadro médico e parece ser das primeiras prioridades de encerramento com alguma velocidade.

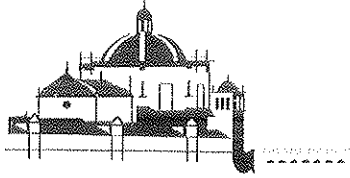
Relativamente à questão da Feira do Livro, disse que os Vereadores do PS têm a consciência que a situação implica disponibilidade de verbas, mas pela importância que o evento manifesta para a região, manifestam a total solidariedade para afectação de verbas dentro do quadro daquilo que é o apoio para este tipo de iniciativas, para que a Feira do Livro se realize e se possível em Gaia.

Relativamente à questão do hospital, disse que os 400 milhões de euros que estavam previstos no orçamento para o novo hospital do Monte da Virgem, eram 400 milhões de euros, valor orçamental para uma PPP que implicava um pagamento diluído em 10 anos, ou seja, 40 milhões de euros/ano, pelo que, o impacto orçamental no orçamento do Estado não é de 400 milhões de euros, mas de 40 milhões de euros/ano. Disse que a questão da construção do Hospital de Gaia foi abordada em Fevereiro de 2011, com um Governo do PS e que na Câmara os Vereadores do PS apresentaram um voto de protesto contra o mesmo, por ter elencado de forma errada as prioridades na área da saúde e na construção do Hospital de Gaia. Que isto lhes dá a legitimidade de continuarem a defender a construção do hospital, sem que isso seja combate político-partidário, porque na altura que o Governo era do PS, os Vereadores do PS puseram os interesses do hospital e de Vila Nova de Gaia à frente da própria defesa meramente partidária.

Relativamente ao caso da VL9 disse que a solidariedade é tal que os Vereadores do PS não fizeram disso um assunto dramático, mas este assunto foi publicado no site do Tribunal Central Administrativo do Norte, no dia 23 de Março de 2013 e entende ser este o momento para se fazer um ponto da situação.

O Sr. Vereador Firmino Pereira relativamente à questão da Feira do Livro disse ser unânime a posição da Câmara e da sua própria disponibilidade enquanto Vice-Presidente da Câmara em receber a Associação Portuguesa de Leitores e Livreiros, para se tentar em Gaia salvar algo que tem valor patrimonial e cultural para a região norte. Que se houver condições logísticas e financeiras, a Câmara abraçará a Feira do Livro e quem sabe até fique permanentemente localizada no concelho.

Em relação ao Hospital de Gaia, disse estar na mesma posição que o Sr. Vereador Dr. Eduardo Vitor Rodrigues, ou seja, o Sr. Vereador em 2011 protestou contra o governo do PS e agora, em 2013, pessoalmente está contra a área de saúde do PSD/CDS que tem declinado sucessivamente responsabilidades para com o concelho de Gaia. Disse considerar ser anedótico que se tenha gasto milhões de euros na recuperação do centro de reabilitação do norte e que ele esteja encerrado, pondo-se em causa o investimento que se fez. No que diz respeito aos centros



Município de V. N. Gaia

*Ata nº 10 - Reunião Pública
de 24 de Abril de 2013*

de saúde, disse que a Câmara tem cedido centenas de milhares de euros em terrenos, nomeadamente, em Vilar de Andorinho, Madalena e Centro Histórico e até ao momento não se verificou nenhuma construção destas unidades de saúde, que seriam importantes para complementar os cuidados intensivos de saúde em Gaia. Disse que pessoalmente está preocupado com estas questões e que há cerca de três meses tentou falar com o Senhor que foi nomeado pelo Governo e que nunca lhe respondeu, que é opinião geral tratar-se de uma pessoa ausente e que deve ser matéria de grande preocupação, porque desempenha um cargo de grande responsabilidade. Julga que possivelmente existe uma grande inadaptação da pessoa ao cargo e pessoalmente é testemunha disso, porque tentou várias vezes e sem sucesso reunir com o Sr. Dr. Castanheira Nunes.

PRESIDÊNCIA/VEREAÇÃO

ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA CLASSE MÉRITO CULTURAL – CATEGORIA OURO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA “OS PLEBEUS AVINTENSES”

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 1, apenas no original.
Despacho do Sr. Presidente: “À Câmara. 2013.04.17”

Deliberação:

Deliberado por, unanimidade, atribuir, no próximo dia 25 de Abril, a Medalha de Mérito Cultural – Categoria Ouro, à Associação Cultural e Recreativa “Os Plebeus Avintenses”, nos termos da Informação nº 14/VRC/2013.

DIREÇÃO MUNICIPAL DA PRESIDÊNCIA E DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO SOLICITADO PELA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE PEDROSO

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 2, apenas no original.
Despacho do Sr. Presidente: “À Câmara. 2013.04.19”

Deliberação:

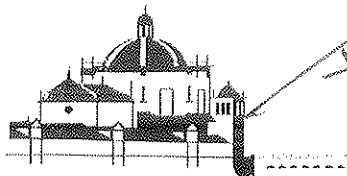
Deliberado por, unanimidade, aprovar a dispensa total de taxa devida pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial de Pedroso, nos termos da Informação nº 152/DMAEA/2013 de 2013.03.14.

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO SOLICITADO PELO COLÉGIO INTERNATO DOS CARVALHOS

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 3, apenas no original.
Despacho do Sr. Presidente: “À Câmara. 2013.04.19”

Deliberação:

Deliberado por unanimidade aprovar a dispensa total de taxa devida pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado pelo Colégio Internato dos Carvalhos, nos termos da Informação nº 151/DMAEA/2013 de 2013.03.14.



Município de V. N. Gaia

*Ata nº 10 - Reunião Pública
de 24 de Abril de 2013*

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO
SOLICITADO PELA COMISSÃO PASTORAL DE SÃO BARTOLOMEU DOS CARVALHOS**

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 4, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"

Deliberação:

Deliberado por unanimidade aprovar a dispensa total de taxa devida pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado pela Comissão Pastoral de São Bartolomeu dos Carvalhos, nos termos da Informação nº 142/DMAEA/2013 de 2013.03.13.

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO
SOLICITADO PELO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO ARCA DE NOÉ**

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 5, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"

Deliberação:

Deliberado por unanimidade, aprovar a dispensa total de taxa devida pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado pelo Centro Cultural e Desportivo Arca de Noé, nos termos da Informação nº 119/DMAEA/2013 de 2013.02.26.

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO
SOLICITADO PELA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE SERZEDO**

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 6, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"

Deliberação:

Deliberado por unanimidade aprovar a dispensa total de taxa devida pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado pela Associação recreativa e Cultural de Serzedo, nos termos da Informação nº 116/DMAEA/2013 de 2013.02.26.

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO
SOLICITADO PELA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VILA D'ESTE**

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 7, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"

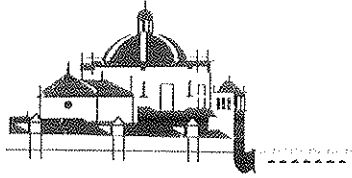
Deliberação:

Deliberado por unanimidade aprovar a dispensa total de taxa devida pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado pela Associação de Moradores de Vila d'Este, nos termos da Informação nº 118/DMAEA/2013 de 2013.02.26.

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO
SOLICITADO PELA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VILA D'ESTE**

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 8, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"



Município de V. N. Gaia

Ata nº 10 - Reunião Pública
de 24 de Abril de 2013

Deliberação:

Deliberado por unanimidade aprovar a dispensa total de taxa devida pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado pela Associação de Moradores de Vila d'Este, nos termos da Informação nº 117/DMAEA/2013 de 2013.02.26.

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO SOLICITADO SPORTING CLUBE CANDALENSE

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 9, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"

Deliberação:

Deliberado por unanimidade aprovar a dispensa total de taxa devida pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado pelo Sporting Clube Candalense, nos termos da Informação nº 115/DMAEA/2013 de 2013.02.26.

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO SOLICITADO PELO GRUPO DESPORTIVO DE VILA D'ESTE

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 10, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"

Deliberação:

Deliberado por unanimidade aprovar a dispensa total de taxa devida pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado pelo grupo Desportivo de Vila d'Este, nos termos da Informação nº 120/DMAEA/2013 de 2013.02.26.

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO SOLICITADO PELA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA EB1 DE CAMPOLINHO 2 - VALADARES

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 11, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"

Deliberação:

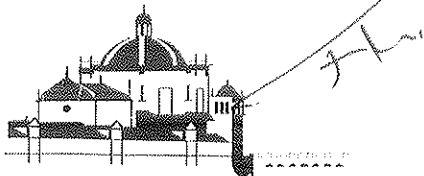
Deliberado por unanimidade aprovar a dispensa total de taxa devida pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 de Campolinho 2 – Valadares, nos termos da Informação nº 114/DMAEA/2013 de 2013.02.26.

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO SOLICITADO POR DIAMANTINO DOMINGUES DOS SANTOS

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 12, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"

Deliberação:



Município de V. N. Gaia

*Ata nº 10 - Reunião Pública
de 24 de Abril de 2013*

Deliberado por unanimidade aprovar a dispensa total de taxa devida pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado por Diamantino Domingues dos Santos, nos termos da Informação nº 160/DMAEA/2013 de 2013.03.22.

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO SOLICITADO PELA SOCIEDADE MISSIONÁRIOS DA BOA NOVA

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 13, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"

Deliberação:

Deliberado por unanimidade aprovar a dispensa total de taxa pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado pela Sociedade Missionários da Boa Nova, nos termos da Informação nº 163/DMAEA/2013 de 2013.03.22.

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO SOLICITADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE ARCOZELO

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 14, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"

Deliberação:

Deliberado por unanimidade, aprovar a dispensa total de taxa pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado pela Junta de Freguesia de Arcozele, nos termos da Informação nº 161/DMAEA/2013 de 2013.03.22.

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO SOLICITADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE AVINTES

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 15, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"

Deliberação:

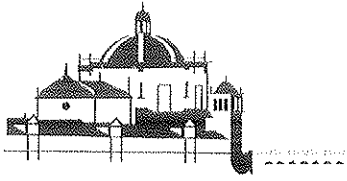
Deliberado por unanimidade, aprovar a dispensa total de taxa pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado pela Junta de Freguesia de Avintes, nos termos da Informação nº 162/DMAEA/2013 de 2013.03.22.

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO SOLICITADO PELO CENTRO SOCIAL DE COIMBRÕES

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 16, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"

Deliberação:



Município de V. N. Gaia

*Ata nº 10 - Reunião Pública
de 24 de Abril de 2013*

Deliberado por unanimidade, aprovar a dispensa total de taxa devida pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado pelo Centro Social de Coimbrões, nos termos da Informação nº 164/DMAEA/2013 de 2013.03.22.

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO SOLICITADO PELA PARÓQUIA DE OLIVEIRA DO DOURO

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 17, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"

Deliberação:

Deliberado por unanimidade, aprovar a dispensa total de taxa devida pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado pela Paróquia de Oliveira do Douro, nos termos da Informação nº 172/DMAEA/2013 de 2013.04.10.

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO SOLICITADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE CRESTUMA

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 18, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"

Deliberação:

Deliberado por unanimidade aprovar a dispensa total de taxa devida pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado pela Junta de Freguesia de Crestuma, nos termos da Informação nº 175/DMAEA/2013 de 2013.04.10.

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO SOLICITADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE CRESTUMA

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 19, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"

Deliberação:

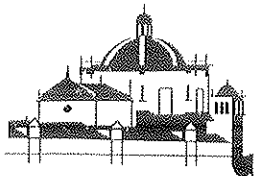
Deliberado por unanimidade aprovar a dispensa total de taxa devida pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado pela Junta de Freguesia de Crestuma, nos termos da Informação nº 176/DMAEA/2013 de 2013.04.10.

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO SOLICITADO PELA PARÓQUIA DE OLIVEIRA DO DOURO

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 20, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"

Deliberação:



Município de V. N. Gaia

*Ata nº 10 - Reunião Pública
de 24 de Abril de 2013*

Deliberado por unanimidade aprovar a dispensa total de taxa devida pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado pela Paróquia de Oliveira do Douro, nos termos da Informação nº 189/DMAEA/2013 de 2013.04.10.

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO SOLICITADO POR VITOR RESENDE

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 21, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"

Deliberação:

Deliberado por unanimidade, aprovar a dispensa total de taxa devida pela emissão das licenças especiais de ruído, solicitado por Vitor Resende, nos termos da Informação nº 192/DMAEA/2013 de 2013.04.10.

PROJETO AVENIDA DA REPÚBLICA ATÉ AO MAR

UNIDADE DE EXECUÇÃO DA ÁREA ENVOLVENTE À AVENIDA ATÉ AO MAR, TROÇO ENTRE O LARGO DA CABINE E A RUA DA LAVOURA E RESPECTIVA OPERAÇÃO DE REPARCELAMENTO

Foi presente o documento referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 22, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 2013.04.19"

Deliberação:

Deliberado por unanimidade aprovar a versão final da "Unidade de Execução da Área envolvente à Avenida até ao Mar, troço entre o largo da Cabine e a Rua da Lavoura", respectiva operação de reparcelamento e minuta do contrato de desenvolvimento urbano, nos termos informados.

DIVERSOS

Foi presente o **RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA** que se anexa no final por fotocópia sob o nº 23, apenas no original.

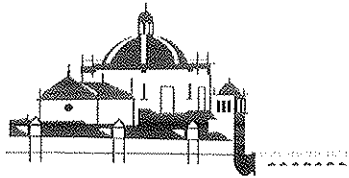
Deliberação:

A Câmara tomou conhecimento.

O Sr. Vice-Presidente Firmino Pereira deu início à **INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES**.

MARIA ROSA GONÇALVES FERREIRA – Referiu-se ao mau estado da Rua Oliva Teles em S. Félix da Marinha e à falta de passeios, solicitando uma intervenção na mesma, uma vez que se torna muito perigosa para os seus utentes.

CÁTIA PATRÍCIA RODRIGUES PINHEIRO – Disse ter apresentado um requerimento na Câmara a solicitar a transferência para um outro empreendimento social, pelo que, solicitava uma resposta da Câmara.



Município de V. N. Gaia

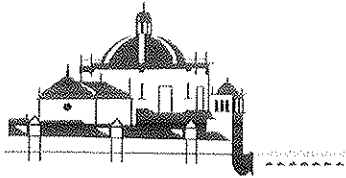
*Ata nº 10 - Reunião Pública
de 24 de Abril de 2013*

ALEXANDRA MARIA CABRAL MASCARENHAS – Disse que há dois anos fez um pedido na Gaiasocial de uma habitação social, de tipologia T4, o qual lhe foi negado e consequentemente teve de entregar os seus filhos a uma instituição social. Que ao fim de dois anos, foi-lhe atribuída uma habitação T3, a qual aceitou para poder ter os seus filhos consigo de novo. Perguntou se presentemente já existem habitações T4 disponíveis e localizadas num bairro social próximo do hospital, devido a problemas de saúde que a obrigam a utilizar os serviços hospitalares frequentemente.

TIAGO ANDRÉ GOMES BONTEMPO – Disse ter solicitado na Gaiasocial uma habitação social, de tipologia T4, mas que lhe foi atribuído um T3 por não haver T4 disponíveis. Disse necessitar de um T4 localizado próximo do hospital, devido a problemas de saúde da sua esposa, que teve um AVC e que necessita de seguimento hospitalar frequentemente e em S. Félix da Marinha, onde reside, não tem transportes que lhe permitam a sua deslocação para o hospital.

FELICIDADE SERAFINA PEREIRA MAGALHÃES ARAÚJO – Disse ter-se inscrito na Câmara para atribuição de uma habitação social. Que é uma doente oncológica e que o seu pedido nunca foi aceite. Disse ter apresentado relatório médico na Gaiasocial e que, a resposta que lhe dão é que existem pessoas em pior situação. Que apesar dos problemas de saúde, disse também ter graves problemas financeiros, porque os seus filhos, que fazem parte do seu agregado familiar, estão desempregados.

O Sr. Vice-Presidente Firmino Pereira relativamente aos Senhores que colocaram questões relacionadas com a habitação social, disse que a Câmara tem uma empresa municipal com responsáveis e que são pagos para resolver os problemas das pessoas. Disse que os assuntos quando são apresentados em reunião de Câmara é quando já não há mais nenhuma possibilidade de recurso, porque é na Gaiasocial que eles devem ser resolvidos, com as pessoas que têm responsabilidades e que devem zelar pela resolução dos casos que forem possíveis de resolução, nomeadamente, os casos que foram hoje apresentados em reunião de Câmara. Disse que todos são sensíveis àquilo que foi exposto pelos Srs. Múncipes e há um factor de perturbação, ou seja, não é legítimo que quem está na Gaiasocial, esteja em lugares que não recebem as pessoas e depois a opinião pública é negativa relativamente à administração pública, por de facto existem pessoas que não desempenham nem zelam pelos lugares que ocupam. Que efectivamente há casos que não é possível resolver, mas há outros que eventualmente com alguma inteligência podem ser resolvidos. Disse não ser normal numa reunião de Câmara inscreverem-se tantas pessoas para exporem questões relativas a habitações sociais, mas irá saber a razão pela qual os Srs. Múncipes tiveram que se inscrever na reunião. Disse que o Sr. Silvano, o Dr. André e as assistentes sociais estão nos bairros para tratarem dos problemas sociais dos múncipes e zelar pelos empreendimentos, porque é essa a função deles. Disse que ficou triste com aquilo que foi exposto, mas por outro lado, ficou satisfeito por este conjunto de pessoas ter revelado à Câmara a sua situação, porque entende ser um alerta de que alguma coisa não está bem no "reino" da Gaiasocial. Que na próxima semana irá reunir-se com os Srs. Administradores da Gaiasocial e com o Diretor Sr. Silvano Teixeira para perceber o que está a acontecer e vai tentar, nomeadamente no caso da Sr^a Múncipe Felicidade Serafina Pereira Magalhães Araújo, encontrar uma solução. Disse que a Câmara deve ser sensível na resolução dos problemas das pessoas e que ainda recentemente e por sua iniciativa, foi atribuída uma casa a um senhor que tinha 35,00 €/mês de RSI, estava numa casa a pagar 250,00€ de renda e vivia da caridade de pessoas vizinhas. Disse que a Câmara tem sempre que ter uma bolsa de casas vazias para qualquer eventualidade que possa acontecer, nomeadamente, uma catástrofe e que seja necessário efectuar-se realojamentos temporários, mas também não se pode ter casas vazias e pessoas a passarem necessidades, seria um contra-senso. Disse que irá inteirar-se de todos os casos, para tentar resolver os problemas que foram colocados e agradecer a disponibilidade por parte das pessoas em fazerem o alerta, o qual é importante, porque revela que há alguma instabilidade e algo de errado que poderá estar a acontecer na Gaiasocial.



Município de V. N. Gaia

*Ata n.º 10 - Reunião Pública
de 24 de Abril de 2013*

Relativamente à questão da Rua Oliva Teles em S. Félix da Marinha, disse que a artéria sofreu uma intervenção há 14 anos, para a colocação de colectores de águas pluviais e de saneamento e repavimentação a betuminoso. Que na altura não se construíram os passeios devido ao facto de ser uma estrada nacional, contudo, a Câmara vai inteirar-se da situação e tentar encontrar uma solução que seja justa na construção dos passeios e depois dará uma resposta à Sr^a Munícipe em termos de previsão da intervenção por fases, nomeadamente, nas zonas mais habitacionais, em termos de construção dos passeios.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 18 Horas e 45 Minutos, o Sr. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se elaborou a presente ata aprovada, por unanimidade, nos termos do disposto no art.º 27.º do CPA, e no n.º. 3 do art. 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, bem como do n.º 1 do art. 11.º do Regimento da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, aprovado pelo Executivo na sua reunião de 2009.11.06.

E eu,

, o Diretor Municipal de Administração e Finanças e

Secretário da presente reunião, a subscrevi.

O Vice-Presidente da Câmara,

(Firmino Pereira)